



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

*Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis*

**PROJETO DE LEI Nº 486 DE 2021**

**Autoria: DRA. MAYARA PINHEIRO REIS**

***DISPÕE SOBRE A REPARAÇÃO DE DANOS  
E APLICAÇÃO DE MULTA NOS CASOS DE  
PICHAÇÃO, DESTRUIÇÃO, DEPREDACÃO E  
OUTROS MEIOS DE DANIFICAÇÃO AO  
PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTADUAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Estadual, por intermédio da secretaria estadual competente, autorizado a aplicar multa equivalente ao dobro do valor do dano material causado, àquele que pichar, destruir, depredar ou danificar bem móvel ou imóvel integrante do patrimônio público estadual.

**Parágrafo único.** Se o ato for realizado em monumento ou bem tombado, o valor da multa deverá ser equivalente ao triplo do dano material causado.

**Art. 2º.** Quando o autor do dano for absolutamente ou relativamente incapaz, o dever de indenizar e pagar a multa prevista no artigo 1º desta Lei recairá sobre seus responsáveis legais.

**Art. 3º.** As sanções administrativas indicadas no art. 1º desta Lei não eximem o infrator e seus representantes legais da responsabilidade civil e criminal a que estiverem sujeitos.

**Art. 4º.** O disposto nesta Lei não se aplica à prática de pinturas, grafites e outras manifestações artísticas realizadas com o objetivo de valorizar o patrimônio público estadual, desde que, mediante prévia autorização do Poder Executivo do Estado do



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis**

Amazonas, devidamente justificada, após a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

**Art. 5º.** Os valores decorrentes das multas aplicadas nos termos do art. 1º desta Lei, serão revertidos ao Fundo Estadual da Cultura – FEC, instituído pela Lei n. 3.585, de 29 de dezembro de 2010.

**Art. 6º.** O autor ou autores do ato de pichação, destruição, depredação e outros meios de danificação ao patrimônio público estadual, presos em flagrante delito ou que forem posteriormente identificados, não poderão ser contratados pela Administração Direta e Indireta Estadual para exercer atividade remunerada pelo período de 04 (quatro) anos, contados a partir da data da efetiva comprovação da participação do autor ou autores no ato delituoso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 7º.** O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 8º.** Esta Lei entrará em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, EM MANAUS, 05 DE OUTUBRO DE 2021.**

**Dra. Mayara Pinheiro Reis**

**Deputada - PP**

**2ª Vice-Presidente**



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis**

## **JUSTIFICATIVA**

A presente Proposição visa combater uma das formas de poluição visual e desrespeito ao patrimônio público, o qual tem ocorrido com frequência no Estado do Amazonas.

Todo patrimônio público, seja ele histórico, tombado ou cultural, pertence a todos. Ele conta a nossa história, a história da terra amazonense.

Portanto, não se pode tolerar os atos de vandalismo que destroem, danificam, desvalorizam e, sobretudo, desrespeitam nossos bens.

Ainda que haja previsão na lei civil e penal para a responsabilização dos infratores, na maioria dos casos, os atos de vandalismo seguem impunes. Essa impunidade precisa diminuir, pois é justamente ela que acaba por estimular as infrações.

Se, por um lado, a conscientização sobre a importância da preservação dos bens públicos na escola e no seio familiar tentam impedir atitudes desrespeitosas, não é de se duvidar que a reprimenda através da penalidade eficaz trará importante reforço.

Neste sentido, a criação de medidas administrativas que tenham o condão de se reduzirem os danos ao patrimônio público se faz relevante e urgente.

O objetivo desta proposição é o resgate do civismo, a internalização de valores como ética, cidadania, respeito e preservação do patrimônio público.

A responsabilização dos infratores ou seus representantes legais através de medidas que inibam a iniciativa ou a reincidência é providência que requer urgência!




**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

***Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis***

Considerando o exposto e a relevância da matéria para a preservação do patrimônio pertencente ao Estado do Amazonas, conclama-se a este nobre Plenário à aprovação da matéria.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
AMAZONAS, EM MANAUS, 05 DE OUTUBRO DE 2021.**

  
**Dra. Mayara Pinheiro Reis**  
**Deputada- PP**  
**2ª Vice-Presidente**

